
ESTUDO GENEALÓGICO DE DOIS ABOLICIONISTAS PARANAENSES: Padre Ribeiro e Rocha Pombo

Alessandro Cavassin Alves

Instituição: Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR)

E-mail: alessandrocavassin@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4447-1739>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo entender melhor o processo abolicionista em Curitiba a partir de dois de seus líderes, Padre Antônio Joaquim Ribeiro e do jornalista e escritor José Francisco da Rocha Pombo e, assim, tecer reflexões sobre este momento crucial de nossa história. Para tanto, partimos de duas notícias sobre o tema publicadas no jornal Gazeta Paranaense no mês de abril de 1888. A primeira é uma circular dirigida a todos os párocos da região, enviada pelo Vigário Geral Forense, Padre Ribeiro, pedindo para que se engajem ativamente pelo fim da escravidão em suas paróquias; a segunda é sobre a fundação da Confederação Abolicionista Paranaense em Curitiba, liderada pelos militares e que foi composta por inúmeras entidades civis e na qual se destacava o orador Rocha Pombo; enfim, eram duas ações que mobilizavam a sociedade, por meio da igreja católica e dos militares associados a clubes em geral; e o olhar específico para Padre Ribeiro e Rocha Pombo é no sentido de percebermos quem era esta elite religiosa, intelectual e política que se colocava a frente deste processo de mobilização social. Para isso, utilizamos o método genealógico de pesquisa social, trabalhados por sociólogos como Daniel Bertaux e Ricardo Costa de Oliveira, para entendermos quem era esta elite abolicionista, e na qual suas genealogias apontam para um passado de herança de posses de terra, de utilização de mão de obra escrava e de domínio político. Portanto, para este caso analisado, a luta abolicionista acabava se restringindo a um sentido humanístico religioso e, principalmente, em favor da renovação das forças produtivas, não existindo uma preocupação com o que seria da população negra após a abolição, e na qual ficava implícito que apenas deveriam se adaptar aos novos tempos e modelos de trabalho.

Palavras-chave: Abolicionismo; Curitiba; Genealogia social; Padre Antônio Joaquim Ribeiro; José Francisco da Rocha Pombo.

GENEALOGICAL STUDY OF TWO ABOLITIONISTS FROM PARANA: Priest Ribeiro and Rocha Pombo

Abstract: This article aims to better understand the abolitionist process in Curitiba from the perspective of two of its leaders, Priest Antônio Joaquim Ribeiro and journalist and writer José Francisco da Rocha Pombo, and thus to reflect on this crucial moment in our history. To this end, we will start from two news articles on the subject published in the newspaper Gazeta Paranaense in April 1888. The first is a circular addressed to all parish priests in the region, sent by the Forensic Vicar General, Priest Ribeiro, asking them to actively engage in the end of slavery in their parishes; the second is about the founding of the Parana Abolitionist Confederation in Curitiba, led by the military and which was composed of numerous civil entities and in which the speaker Rocha Pombo stood out; in short, there were two actions that mobilized society, through the Catholic Church and the military associated with clubs in general; and the specific look at Priest Ribeiro and Rocha Pombo is in the sense of understanding who was this religious, intellectual and political elite that was at the forefront of this process of social mobilization. To this end, we used the genealogical method of social research, worked on by sociologists such as Daniel Bertaux and Ricardo Costa de Oliveira, to understand who was this abolitionist elite, and in which their genealogies point to a past of inheritance of land ownership, use of slave labor and political domination. Therefore, for this case analyzed, the abolitionist struggle ended up being restricted to a humanistic religious sense and, mainly, in favor of the renewal of productive forces, with no concern for what would become of the black population after abolition, and in which it was implicit that they should only adapt to the new times and work models.

Keywords: Abolitionism; Curitiba; Social genealogy; Priest Antônio Joaquim Ribeiro; José Francisco da Rocha Pombo.

ESTUDIO GENEALOGICO DE DOS ABOLICIONISTAS DEL PARANA: Sacerdote Ribeiro y Rocha Pombo

Resumen: Este artículo busca comprender mejor el proceso abolicionista en Curitiba a través de la perspectiva de dos de sus líderes, el padre Antônio Joaquim Ribeiro y el periodista y escritor José Francisco da Rocha Pombo, y así reflexionar sobre este momento crucial de nuestra historia. Para ello, comenzamos con dos noticias sobre el tema publicadas en el periódico Gazeta Paranaense en abril de 1888. La primera es una circular dirigida a todos los párrocos de la región, enviada por el Vicario General de Medicina Legal, el padre Ribeiro, instándolos a participar activamente en la abolición de la esclavitud en sus parroquias; la segunda aborda la fundación de la Confederación Abolicionista de Paraná en Curitiba, liderada por militares e integrada por numerosas organizaciones civiles, entre las que destacó el orador Rocha Pombo. Estas fueron dos iniciativas que movilizaron a la sociedad, a través de la Iglesia Católica y militares asociados a clubes. El enfoque específico del Padre Ribeiro y Rocha Pombo es comprender la élite religiosa, intelectual y política que lideró este proceso de movilización social. Para ello, utilizamos el método genealógico de investigación social, desarrollado por sociólogos como Daniel Bertaux y Ricardo Costa de Oliveira, para comprender a la élite abolicionista y cómo sus genealogías apuntan a un pasado de herencia de la propiedad de la tierra, el uso de mano de obra esclava y el dominio político. Por lo tanto, en este estudio de caso, la lucha abolicionista terminó restringiéndose a un sentido humanístico y religioso, y principalmente a la renovación de las fuerzas productivas, sin preocuparse por el destino de la población negra tras la abolición, y en el que estaba implícito que simplemente debían adaptarse a los nuevos tiempos y modelos de trabajo.

Palabras clave: Abolicionismo; Curitiba; Genealogía social; el padre Antonio Joaquim Ribeiro; José Francisco da Rocha Pombo



INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Entre os motivos estava uma elite política conservadora que relutava em aprovar leis contra este sistema opressor; da mesma forma, instituições importantes não tinham um posicionamento claro sobre o tema. Mas, pelo processo legal, dependeria desta mesma elite a guinada para que a lei acontecesse.

A abolição, então, aconteceu legalmente e tardiamente no dia 13 de maio de 1888. Assinada pela Princesa Isabel, período em que substituíu seu pai, D. Pedro II, no governo do Brasil. O Parlamento era governado, neste momento histórico, por políticos do Partido Conservador. Era o Gabinete liderado por João Alfredo Correia de Oliveira, que recém tinha assumido, em 10 de março de 1888 (chamado de Gabinete 10 de março) e tinha substituído o Gabinete liderado pelo Barão de Cotegipe, que por sua vez, fez duras críticas aos seus pares por terem aprovado esta lei (SENA, 2023). Portanto, se a liderança conservadora ainda estivesse com o Barão de Cotegipe, certamente a abolição demoraria ainda mais para acontecer.

E quando lemos os jornais de Curitiba neste período de “véspera da abolição”, no mês de abril de 1888, encontramos uma forte mobilização em favor deste movimento. Destacamos, aqui, duas notícias interessantes publicadas no jornal *Gazeta Paranaense: orgam do Partido Conservador*, no sentido de mostrar que a abolição era um tema discutido, mas que, realmente, não se tinha perspectiva, ainda, se ela seria aprovada ou não no Parlamento brasileiro. A primeira notícia se refere a uma circular enviada pelo Vigário Geral Forense, Padre Antônio Joaquim Ribeiro, a todos os vigários da região, para que se envolvessem ativamente pelo fim da escravidão em suas paróquias; e a segunda notícia é sobre a criação da Confederação Abolicionista

Paranaense que visava mobilizar toda a sociedade e associações organizadas na discussão do tema e dar apoio para as causas abolicionistas e na qual se destacava o orador José Francisco da Rocha Pombo.

Inserindo-se, assim, numa ampla bibliografia sobre a escravidão no Paraná, o presente texto tem por objetivo refletir sobre as lutas abolicionistas em Curitiba, mas com a atenção em entender quem eram as lideranças a frente deste movimento, neste momento crucial de nossa história, a partir destas duas notícias selecionadas e com destaque para dois de seus personagens.

Para entender quem eram estes dois líderes abolicionistas, utilizamos o método genealógico de pesquisa social, trabalhados por sociólogos como Daniel Bertaux e Ricardo Costa de Oliveira. Tal método consiste em considerar a importância de um instrumento de observação capaz de entender a longa duração, explorando, não apenas uma história individual, enquanto biografia, mas ampliando para história da família, das heranças recebidas, dos laços de parentescos, dos capitais acumulados ao longo das gerações, dos casamentos estratégicos, enfim, capaz de compreender melhor a posição social que este indivíduo ocupa na sociedade. Neste sentido, a árvore genealógica contribui na compreensão de quem é este sujeito e, até mesmo, de sua visão de mundo.

Enquanto hipótese, os fatos nos levam a perceber que a mobilização pela abolição era constante, liderada por parte da elite intelectual, e visava pressionar o parlamento brasileiro pela aprovação do fim do regime escravista, mas também, pressionar as autoridades locais e, principalmente, os senhores e senhoras de escravizados a libertarem seus cativos, independente da aprovação ou não da “lei áurea”; e esta mobilização, ao menos pelas fontes disponíveis aqui utilizadas, que são os jornais de época, acabam nos mostrando que era realizada por membros da elite branca que estava a discutir e a promover eventos em prol da abolição. Elite inserida na igreja católica, como padres, nas instituições militares, como majores, nos clubes

literários, como professores, jornalistas e escritores, no governo, como os políticos e funcionários públicos ou mesmo, representantes do setor produtivo, como os estancieiros, tropeiros e ervamateiros. Era a busca para mobilizar seus pares para que o processo abolicionista ocorresse definitivamente, afinal, ele ainda existia, especialmente pela relutância desta mesma elite, que percebia a necessidade da abolição, mas como fazê-la sem os prejudicar.

Mas, qual era o sentido, tanto para Padre Ribeiro, como para Rocha Pombo, da abolição?

Então, para responder esta questão, vamos à análise das notícias que destacamos e das duas personalidades nelas envolvidas, e na qual utilizaremos o método genealógico de pesquisa social.

ENTRE A GENEALOGIA E AS INFLUÊNCIAS ABOLICIONISTAS: Padre Antônio Joaquim Ribeiro

A primeira notícia se refere a uma circular enviada por Padre Ribeiro, pároco de Votuverava (atual Rio Branco do Sul), localidade próxima de Curitiba, e de sua luta explícita em favor da abolição.

Sua atuação abolicionista ficou ainda mais significativa quando foi nomeado Vigário Geral Forense, isto é, representante do Bispo de São Paulo em Curitiba e região, assumindo em 11 de janeiro de 1888, quando tinha 37 anos. E, no mês de abril, impulsionado, também, pela recém fundada Confederação Abolicionista Paranaense, enviou uma carta circular para todos os párocos pedindo para que se engajassem no processo pelo fim da escravidão em suas paróquias. Ao mesmo tempo, buscava ser exemplo, dizendo que já tinha em seu favor “um bom número de cartas passadas” de alforrias e que tinha a “esperança de em breve libertar o município de Votuverava”, da qual era pároco, de pessoas escravizadas.



Sua circular foi despachada no dia 02 de abril de 1888 aos vigários das paróquias desta região de Curitiba e interior (que abrangia Curitiba, Campos Gerais, Guarapuava, Palmas e até paróquias na província de Santa Catarina). A data revela que as ações contra a escravidão eram urgentes e necessárias, buscando engajar, para este caso, também o clero católico em suas respectivas paróquias.

A circular tinha o seguinte conteúdo, iniciava citando S. Gregório (provavelmente S. Gregório Magno, Papa – Roma, 540-604) e, no meio da carta, curiosamente, citando Wesley (provavelmente o reverendo metodista John Wesley – Inglaterra, 1703-1791), com pensamentos destes autores sobre o mal da escravidão para a humanidade; acreditamos que Padre Ribeiro citou-os por serem, tanto o papa S. Gregório como o reverendo John Wesley, exemplos de líderes que utilizaram da mensagem bíblica realizando obras em favor dos marginalizados e renovando suas igrejas em períodos de crise, além do posicionamento contra a escravidão, mas em especial, John Wesley que viveu e lutou contra esta mesma realidade na Inglaterra. Outro ponto que a circular apresenta é de que o “direito à liberdade, derivado da natureza humana, surge sustentado pelo cristianismo”, portanto, seria uma contradição aos cristãos e seus líderes serem a favor deste regime, pois estariam sendo contra a própria doutrina cristã e contra a própria natureza humana; sabemos que muitos padres também possuíam escravizados, por vezes domésticos, e se fossem padres proprietários de terras ou de negócios, o número era ainda maior, além de estarem trabalhando em conjunto com os proprietários escravistas em suas paróquias; e neste sentido, Padre Ribeiro apela “energicamente” a todos os vigários para que se posicionem em favor da extinção definitiva da escravidão até quando “despedaçar o grilhão do último escravo em sua paróquia” e que “não afrouxe V. Revma. da solicitude para o conseguimento do fim humanitário a que devemos nos propor”. Padre Ribeiro estava sendo enfático na ação dos vigários em suas paróquias, na qual ele mesmo dava exemplo por estar conseguindo cartas de liberdade a muitos de seus

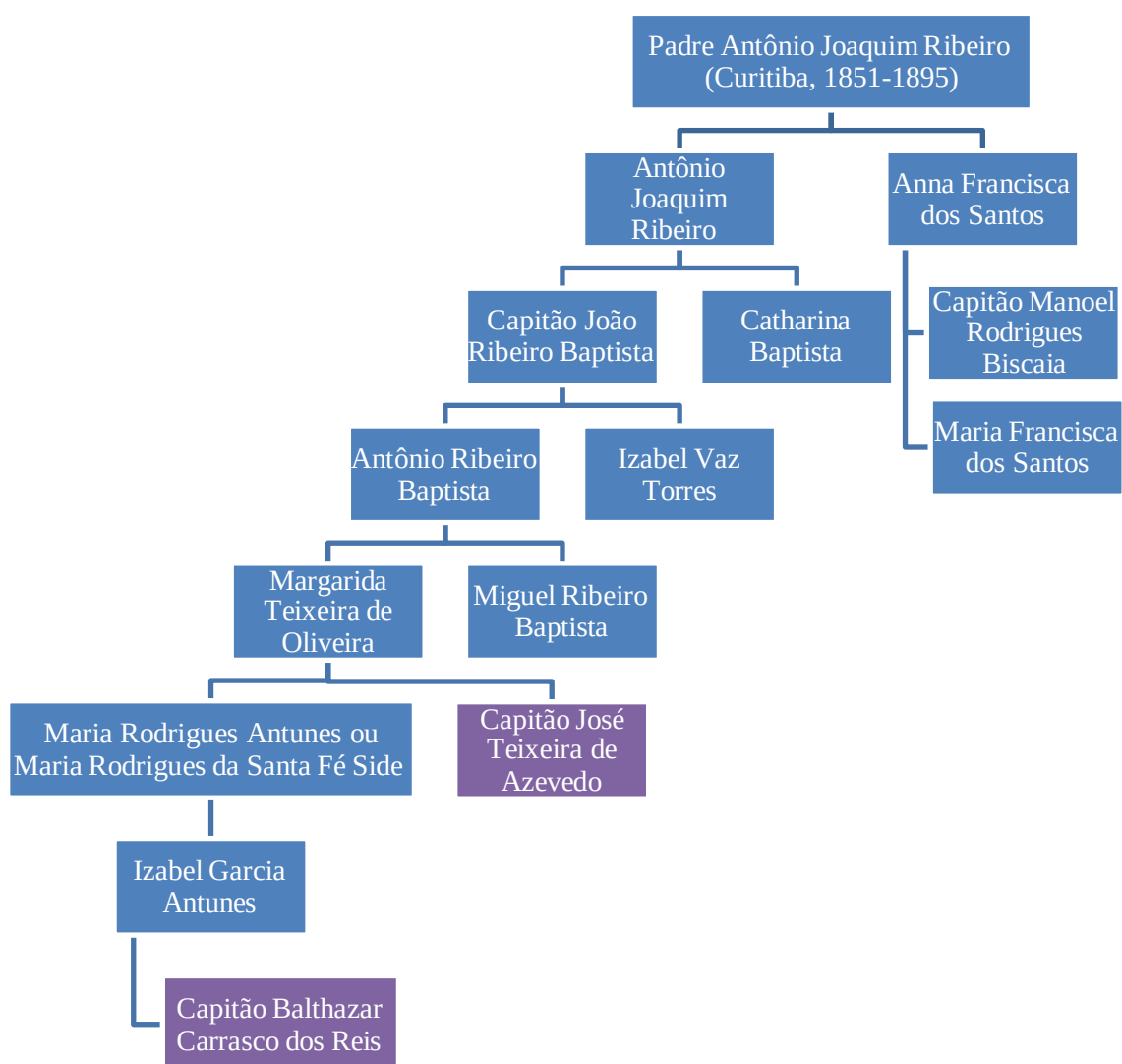
paroquianos em Votuverava. E, por fim, defende o trabalho livre como fonte de riqueza e denuncia a escravidão ou o trabalho servil, o qual produz a “despovoação e uma deplorável mortalidade” (GAZETA PARANAENSE, 11/04/1888).

Portanto, esta foi uma carta bastante incisiva aos párocos, enviada por parte do Vigário Geral Forense, representante na região do bispo responsável pela ampla diocese de São Paulo, que abrangia os territórios de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Mas, quem foi Padre Ribeiro? Natural de Curitiba, Padre Ribeiro foi um membro da elite curitibana, e isto pode ser visto através de sua genealogia, como destaca Francisco Negrão, na obra clássica *Genealogia paranaense*. Vamos observar sua árvore genealógica para entender melhor este sacerdote.

Figura 1 – Árvore genealógica do Padre Antônio Joaquim Ribeiro





Fonte: NEGRÃO, 1926, Vol. 1, p. 558-573.

Os pais do Padre Ribeiro eram naturais de Curitiba e, de acordo com o genealogista Francisco Negrão, eram parentes em 3º grau de consanguinidade, Antônio Joaquim Ribeiro e Anna Francisca dos Santos; os pais de Anna Francisca eram moradores no “Capão Razo”, atual bairro de Curitiba, o Capitão Manoel Rodrigues Biscaia e Maria Francisca dos Santos. Os pais de Antônio Joaquim eram o Capitão João Ribeiro Baptista e Catharina Baptista. Famílias parentes. E o destaque que os avós do Padre Ribeiro eram denominados de Capitães em Curitiba, portanto, líderes na região e proprietários de terras.

Já o casal bisavô do Padre Ribeiro, Antônio Ribeiro Baptista e Izabel Vaz Torres, adentram o século XVIII, bem com sua bisavó, Margarida Teixeira de Oliveira, casada em Curitiba, a 23 de fevereiro de 1745, com Miguel Ribeiro Baptista, natural de Atibaya, Minas Gerais. Sobre os irmãos de Margarida, o Capitão Sebastião Teixeira de Azevedo exerceu várias vezes os cargos de Juiz Ordinário, de Órfãos, de Almotacel, Procurador e Tesoureiro da Câmara de Curitiba, bem como, seu outro irmão, o Capitão Victorino Teixeira de Azevedo. Juntos, os dois irmãos eram proprietários de uma sesmaria no Juvevê, atual bairro de Curitiba, herdada de seu pai, Capitão José Teixeira de Azevedo, que, de acordo com Francisco Negrão, abrangia o “Capão da Buva”, junto ao “Rio da Vila”.

O destaque na árvore genealógica são para, primeiro o Capitão José Teixeira de Azevedo, que pertenceu a governança de Paranaguá e era possuidor de várias sesmarias, em Paranaguá e Curitiba. E acaba tendo um casamento estratégico com a curitibana Maria Rodrigues Antunes (ou Maria Rodrigues da Santa Fé Side), filha de Izabel Garcia Antunes e neta de um dos primeiros povoadores da vila de Curitiba, Capitão Balthazar Carrasco dos Reis, que é o segundo destaque desta genealogia, adentrando no século XVII.

Portanto, Padre Ribeiro se insere nesta elite, herdeira das sesmarias em Curitiba e dos primeiros povoadores de origem portuguesa na região, na qual também, eram líderes políticos e militares.

Outro ponto é sobre a disponibilidade dele ter estudado em São Paulo, onde ficava o seminário da diocese, para se tornar um padre da igreja, o que acabava sendo algo próprio para uma classe social de posses. Mandar um filho para o seminário, e ainda mais, em outra cidade, era algo dispendioso para a família, assim como para estudar Direito, Medicina ou Engenharia.

Como entender, então, o posicionamento abolicionista de Padre Ribeiro?



Para isto, voltamos para o que se tem da biografia do Padre Ribeiro. Destacamos que após ser ordenado sacerdote, em 1873, com 22 anos, se tornou professor no próprio seminário em São Paulo; mas logo retornou ao Paraná, trabalhando em Curitiba, primeiro como capelão para os imigrantes que estavam a chegar a partir da década de 1870 e como professor nas escolas da capital, até ser nomeado vigário/pároco na vila de Votuverava, região ao norte da cidade de Curitiba, em 1879. É provável que sua atuação como professor lhe proporcionou ampliar seus estudos humanísticos e a atuação com os imigrantes europeus lhe mostrou perspectivas novas para a questão do trabalho. E ao que se percebe pelas notícias dos jornais da época, tinha o dom da oratória, seus sermões eram elogiados, em especial, nas datas festivas, na qual era convidado para participar em Curitiba.

Diante de seu trabalho como religioso, foi a partir de sua paróquia, em Votuverava, que a luta contra a escravidão se deu de forma mais efetiva, na década de 1880, e na qual teve de enfrentar inúmeros problemas pelo seu posicionamento, inclusive com denúncias sobre sua vida moral e até de possível expulsão da localidade (LIMA, MAYER, ALVES & MAYER, 2023, p. 136-141). Mas, apesar destas denúncias, ao contrário, teve duas grandes conquistas nesta década. A primeira foi ser indicado pelo Partido Conservador, como candidato a deputado provincial e na qual foi eleito para a legislatura de 1888/89, demonstrando que sua atuação religiosa, mas também social, lhe concederam uma vaga nesta importante instituição, a Assembleia Legislativa do Paraná (ALVES, 2015, p. 423). E, por fim, a segunda conquista, e para demonstrar seu status de destaque nesta sociedade e na sua área de atuação, a religiosa, o bispo de São Paulo D. Lino Deodato o nomeou como Vigário Geral Forense, em substituição ao padre João Evangelista Braga, o cargo mais importante para o clero, por ser representante direto do bispo na região (FEDALTO, 2014, p. 121).

Podemos entender que Padre Ribeiro trouxe para dentro de seus trabalhos como religioso aquilo que a intelectualidade brasileira, e da qual fazia parte, estava a

discutir de forma muito intensa, que era o fim da escravidão no Brasil, posicionando-se contra este regime, porém, pelo viés dos argumentos humanista religioso e de modernização da nação pelo trabalho assalariado e na qual a população negra deveria se adaptar. Sua origem social de herdeiro das sesmarias em Curitiba, de avós, bisavós e tataravós que atuaram diretamente na governança, tanto em Curitiba, como em Paranaguá, não lhe impediu de enfrentar, igualmente, as críticas de seu posicionamento social e político, mas, acreditamos, lhe dava mais força para suas lutas sociais, aproveitando de sua liderança como pároco e, posteriormente, como deputado provincial e como Vigário Geral Forense. Padre Ribeiro veio a falecer em Curitiba com 44 anos, em 1895.

O ABOLICIONISMO NA TRAJETÓRIA DE JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO: Atenção a genealogia na pesquisa social

A segunda notícia local seria sobre a Confederação Abolicionista Paranaense, fundada em Curitiba, em 25 de março de 1888, e o destaque para o seu orador, José Francisco da Rocha Pombo. Esta era uma iniciativa dos militares, do Club Militar, convidando a todas as organizações da sociedade civil curitibana para fazerem parte, numa demonstração de juntar esforços por este movimento (GAZETA PARANAENSE, 03/04/1888)¹, e sendo parte de algo de caráter nacional (SILVA, 2018). A fundação se deu em uma reunião no Salão do Clube Militar e sob a presidência do Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro², um abolicionista fervoroso e que estava a

¹ Confederação Abolicionista Paranaense. Diretoria: [Major] Frederico Solon Sampaio Ribeiro, Presidente; [Major] Antônio Gomes Pimentel, Vice-presidente; José Francisco da Rocha Pombo, Orador; Nestor Victor dos Santos, 1º Secretário; Francisco Itaciano Teixeira, 2º Secretário.

² O Major Frederico Solon, no próximo ano, em 1889, residindo no Rio de Janeiro, teria lançado a falsa notícia de que Benjamin Constant e o Marechal Deodoro foram presos, sendo um dos estopins da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e foi quem entregou a D. Pedro II, no dia seguinte, a ordem para o exílio da família imperial (Castro, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1995, in: Wikipédia. Frederico Sólón de Sampaio

serviço na capital paranaense. E no dia da instalação houve, também, uma caminhada pelas ruas da cidade, seguida pela banda de música da 2ª Cavalaria, na qual se dirigiram até a câmara municipal e depois para o palácio da presidência da província. E por onde passavam eram saudados entusiasticamente (GAZETA PARANAENSE, 04/04/1888). Pelo visto, foi uma manifestação pública grandiosa, com membros de inúmeras associações e clubes, mobilizando o comércio, a imprensa, o setor escolar, a igreja, as lideranças políticas e o destaque para a presença de mulheres. Infelizmente, a matéria não cita personalidades negras participando da Confederação, mas na passeata havia “grande número de povo”, em que, certamente a população negra de Curitiba se fazia presente.

Por isso, a impressão na leitura ao longo das reportagens foi de que a Confederação seria uma iniciativa específica de uma classe social, a elite branca, letrada e dirigente³. Neste sentido, é importante explorar novas fontes de pesquisas para que diferentes perspectivas sobre o processo abolicionista possam acontecer (BASTOS, 2024; SILVA, 2018).

Alguns dias depois foi lançado o *Manifesto da Confederação Abolicionista Paranaense ao povo desta província* na qual destacamos algumas de suas ideias. Já no início, apresenta o exemplo da província do Ceará que havia decretado o fim da escravidão cinco anos atrás. Daí a necessidade urgente do Paraná também fazer o mesmo, dando exemplo para o Brasil, assim como fez o Ceará e que isto em nada afetaria a economia da região. Cita, inclusive, a vila de Porto de Cima no litoral

Ribeiro. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Frederico_S%C3%B3lon_de_Sampaio_Ribeiro#CITEREFCastro2000. Acesso em 07/01/2025.

³ Da mesma forma, Gustavo Guth, utilizando das fontes jornalísticas da época para entender os movimentos abolicionistas em Curitiba, assim conclui: “As fontes examinadas na pesquisa parecem apontar para uma composição eminentemente elitista do movimento abolicionista na província, tendo em vista que as lideranças das principais associações da época dividiam-se, em sua maioria, em cargos públicos, mandatos políticos e nas redações dos periódicos locais” (GUTH, 2022, p. 197).



paranaense, que já não tinha mais escravizados. Mas, na região central do Paraná (região de Guarapuava, Palmas e dos Campos Gerais), marcada por grandes propriedades e pela atividade do tropeirismo (mesmo sendo um ciclo econômico paranaense já em processo de decadência), havia poucas ou até nulas iniciativas em prol da abolição e este era um grande problema para este ideal. Para isto, sugere a criação de associações abolicionistas em cada vila, e que pessoas ou associações assumam este espírito de luta pela abolição. E, assim, o fim da escravidão teria o sentido de “verdadeira aurora”, como destaca o Manifesto: “*A verdadeira aurora para a nossa pátria só há de raiar quando se tiver derramado o pleno dia da liberdade para o negro!*” (GAZETA PARANAENSE, 12/04/1888 – grifo nosso).

Era um manifesto para despertar o entusiasmo da luta abolicionista no Paraná em prol de um novo sistema de trabalho, na qual se daria pela “liberdade para o negro”, mas que por sua vez, não menciona o que se fazer com esta população que passaria a ser livre.

A Confederação, também, contava com seus oradores, que faziam chegar a mensagem a um público mais amplo do que apenas aquele que pode ler os jornais. Neste sentido, destacamos o jovem jornalista, literário e escritor José Francisco da Rocha Pombo, com 31 anos, em 1888⁴. Ele foi um autodidata, pois não estudou nas faculdades existentes no Brasil como era o caso dos jovens da elite local e a partir de seus estudos e leituras passou a formar suas opiniões e que ia expondo principalmente em textos jornalísticos e literários, como demonstra Alessandra PEDRO (2016); era natural de Morretes, litoral paranaense, de origem social modesta, sendo que seu pai foi professor primário; publica seu primeiro jornal, O POVO, *Órgão a serviço da causa popular* (1879), demonstrando sua tenacidade intelectual, logo sendo convidado a publicar na REVISTA PARANAENSE (1880), na qual escreveu o artigo *A questão negra*,

⁴ Existem muitas biografias de José Francisco da Rocha Pombo, demonstrando sua importância enquanto intelectual paranaense e brasileiro. Mas, para este artigo, destacamos os trabalhos de Gilson Leandro QUELUZ (1994) e de Alessandra PEDRO (2016).

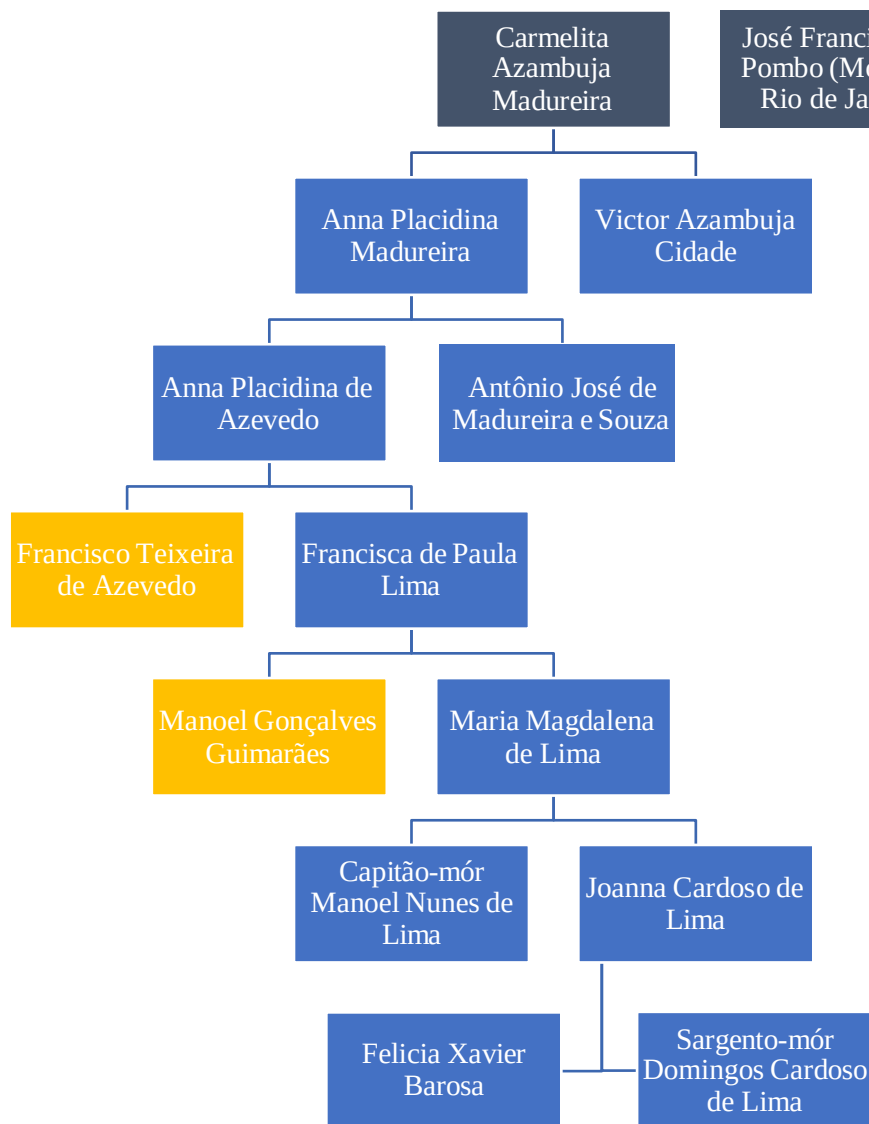
em que denuncia a lentidão das autoridades políticas em relação a renovação das forças produtivas no Brasil e, em consequência, à abolição da escravidão e publicou, a suas próprias custas, o romance *A Honra da Barão*, em 1881, que por meio da literatura caracteriza a monarquia como retrógrada e a república como a expressão da liberdade, como destacou o comentador e amigo Albino Silva (O PARANAENSE, 12/10/1881). Em 1882 publicou *A Religião do Belo*, entre outros textos. Era um escritor que se destacava por defender temas de “causas populares”, e que evocava em seus discursos “o povo”, tanto no sentido social, pela melhoria de condições de vida, como também, no sentido de desenvolvimento de um espírito humano, capaz de realizar as conquistas científicas, intelectuais e espirituais. Portanto, um jovem promissor e idealista, que passou, então, a residir em Curitiba, capital do Paraná.

E este jovem autodidata, literato e ativo jornalista, com ideias de renovação social, contraiu casamento, em 1883, com uma jovem pertencente a elite paranaense, Carmelita de Azambuja Madureira, herdeira de famílias de origem nas sesmarias e de proprietários escravocratas dos Campos Gerais paranaense e para onde foi residir, na vila de Castro.

Para entender melhor a posição social que Rocha Pombo se envolveu, aplicamos o método genealógico de pesquisa social, da família de sua esposa Carmelita e na qual podemos perceber o universo em que ele acabou se inserindo.

Figura 2 – Árvore genealógica de Carmelita Azambuja Madureira [Rocha Pombo]





Fonte: NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. 1926, Vol.1, p. 413-418 – e informações complementares dos pais de Carmelita de Azambuja Madureira em *Family Search*.

Antes de comentar a genealogia de Carmelita, destacamos que José Francisco da Rocha Pombo e sua esposa não aparecem na grande obra genealógica paranaense escrita por Francisco Negrão, mas apenas os pais dela e, a partir deles, temos as extensas informações sobre esta família. Qual teria sido o motivo desta falta, já que Francisco Negrão certamente conhecia Rocha Pombo e a família de Carmelita?

Provavelmente, isto poderia ser porque faltou para Negrão, no momento da escrita, as informações dos filhos dos pais de Carmelita e assim, não sendo completada posteriormente. Quanto a genealogia dos pais de Rocha Pombo, o genealogista não tinha como foco famílias de condições sociais modestas, como era este caso. Como consequência, ficaram de fora desta grande obra a genealogia da família Rocha Pombo, com suas sete irmãs e dois irmãos, filhos do professor primário em Morretes, Manoel Francisco Pombo e Angelina Pires da Rocha Pombo e, por conseguinte, os sete filhos de Rocha Pombo com Carmelita Azambuja Madureira (Ruth da Rocha Pombo. *In*: PEDRO, 2016, p. 20).

Vamos analisar a família da esposa de Rocha Pombo. Os pais de Carmelita Azambuja Madureira, Victor e Ana Placidina, casaram em Curitiba a 14/12/1854 (NEGRÃO, 1926, p. 418 – como dito, Francisco Negrão não registra os filhos deste casal e, por isso, temos como referência a plataforma *Family Search* para confirmar quem foram os pais de Carmelita⁵); os avós maternos, Anna Placidina de Azevedo, natural de Castro, casou com Antônio José de Madureira e Souza, natural de Sorocaba (NEGRÃO, 1926, p. 414). Sobre o seu avô materno, Antônio José de Madureira e Souza, assim destaca o genealogista Francisco Negrão:

Residiu em Castro e teve posição de alto destaque social. Fundou com grandes sacrifícios pecuniários as colônias de S. Thomé, e se dedicou com apurado gosto aos estudos da Geografia. Era filho do jornalista e comediógrafo Claudio de Souza, residente no Rio de Janeiro, e por este, neto de Claudio Madureira (Negrão, 1926, p. 414).

Também Rocha Pombo cita o avô de sua esposa no livro *O Paraná no centenário*, comentando ser Antônio José de Madureira, uma pessoa da “mais vasta erudição histórica” e na “geografia geral”, além de ser um “espírito aberto às grandes ideias” e

⁵ FAMILYSEARCH. Árvore genealógica de Carmelita Azambuja Madureira: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/portrait/G7SF-JM9>. Acesso em 05/10/2025.

que muito ajudou Rocha Pombo no jornal Echo dos Campos (ROCHA POMBO, 1980, p. 105, nota 62).

Sobre os bisavós maternos, Francisco Teixeira de Azevedo, em destaque na árvore genealógica, nasceu em 1758, casou em Curitiba em 07/10/1806 com Francisca de Paula Lima, filha do coronel Manoel Gonçalves Guimarães (NEGRÃO, 1926, p. 413). Seu bisavô Francisco Teixeira de Azevedo era filho de João Gonçalves Teixeira e Anna Maria da Silva, e na qual, João Gonçalves Teixeira deixa um inventário, por ocasião de seu falecimento em 07/06/1777 (NEGRÃO, 1926, p. 412). João Gonçalves Teixeira era filho de Anna Gonçalves Soares, que era filha de Maria Paes e Manoel Soares. E de acordo com o genealogista Francisco Negrão, temos a seguinte informação sobre Manoel Soares:

(...) Manoel Soares, assignou, em 1693, conjuntamente com os mais importantes habitantes da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curityba, a petição solicitando do Capitão povoador Matheus Martins Leme, a criação da Justiça. (...) Na eleição feita a 29 de março de 1693, das primeiras autoridades da vila de Curityba, que se acabava de criar, (...) foi Manoel Soares eleito Juiz Ordinário.

Em petição de 15 de fevereiro de 1683, requereu Manoel Soares a Thomaz Fernandes de Oliveira, Capitão-mór e Governador da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, *uma sesmaria de terras* no Butiatuba, entre as terras de seu sogro Capitão Balthazar Carrasco dos Reis e o rio Passaúna. Por carta de sesmaria desse mesmo dia, lhe foram dadas as mesmas terras, em vista de ter alegado o requerente possuir mulher e filhos e não ter ainda terras para criar o seu gado e edificar a sua casa de morada.

Serviu os cargos da governança e faleceu com solene testamento na vila de Curityba, a 8 de fevereiro de 1705. Teve 9 filhos (Negrão, 1926, p. 308-309 - grifo nosso).

Portanto, o jovem Rocha Pombo entrou no que consideramos a família tradicional paranaense e brasileira, herdeira de sesmarias dos séculos XVII e XVIII, fundadores oficiais das primeiras vilas brasileiras.

Voltando à genealogia, a esposa de Francisco Teixeira de Azevedo, a bisavó Francisca da esposa de Rocha Pombo, era conhecida como a Senhora do Carambehy, agora por causa de seu pai, Manoel Gonçalves Guimarães, abrindo, assim, uma



intersecção familiar, que envolve outras sesmarias. A “Sinhara de Carambeí” foi descrita pelo naturalista, botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire em passagem pelos Campos Gerais:

A “sinhara” usava um vestido de chita, muito decotado e um chale do mesmo tecido, cujas pontas caíam de cada lado do peito. As pernas nuas e os cabelos arrepanhados por um pente. Usava um comprido colar de ouro e, nas orelhas, brincos de diamantes (MUSEU Parque Histórico de Carambeí).

Então, sobre o tataravô de Carmelita, Manoel Gonçalves Guimarães, em destaque na árvore genealógica, Francisco Negrão comenta:

(...) vulto de grande valor moral, natural de Portugal, *possuidor de avultada fortuna e de muitas sesmarias de terras* em Castro, Ponta Grossa, Curitiba, entre as quais as de Carambehy, Santa Cruz, Samambaya e Bariguy.

O Coronel Manoel Gonçalves Guimarães foi um dos signatários do auto de ereção à vila, em 20 de janeiro de 1789, da antiga povoação de Yapó, que recebeu o nome de Castro. Foi contratador dos impostos de pedágio de Porto de Cima e do registro do Rio Negro. (...) (Negrão, 1926, p. 413 – grifo nosso).

O próprio Rocha Pombo, no seu livro *O Paraná no centenário*, comenta sobre Manoel Gonçalves Guimarães, dizendo ser um dos “homens mais notáveis da comarca”, “o mais prestigioso dos chefes naquele tempo”, tropeiro e estancieiro, sendo bem relacionado com os chefes paulistas, para onde viajava para tratar de assuntos políticos; destaca, inclusive, o fato curioso de ter sido preso e enviado para Limoeiro em Portugal, devido ao decreto de 1770 que condenava quem se aproveitasse de minas encontradas no Brasil, minas que explorava na região de Tibagi. Mas, volta antes de 1778, época da fundação da vila Castro (ROCHA POMBO, 1980, p.61-62 e p.69-70).

No jornal do partido conservador, *Gazeta Paranaense*, de 26 de setembro de 1886, apresenta uma matéria com o título *História da Província – Apontamentos I – Manoel Gonçalves Guimarães*; infelizmente não cita o autor da matéria, mas que pode ter sido o próprio Rocha Pombo que nesta época contribuía com matérias para este jornal, em

que traz uma breve biografia, na qual destacamos a seguinte parte, após sua volta da prisão em Limoeiro, Portugal:

Mais disposto ainda e mais renovado de forças, recomeçara logo Manoel Gonçalves o trabalho de estabelecer uma grande fazenda, a modelo das melhores conhecidas nesse tempo. Dispondo de alguns capitães cuidou de prover-se de braços, *comprando numerosas famílias africanas*, povoando assim as terras de que já se apossara, com o melhor proveito. A fazenda de S. Cruz, tão conhecida nos Campos Gerais, tornou-se em pouco tempo notável (Gazeta Paranaense, 26/09/1886 – grifo nosso)⁶.

Manoel Gonçalves Guimarães, portanto, tinha condições econômicas para comprar “numerosas famílias africanas” para o povoamento de sua fazenda. Mas, ele, como jovem explorador, também teve um casamento estratégico, pois sua esposa Maria Magdalena de Lima era descendente do capitão-mór de Paranaguá, Domingos Cardoso de Lima, possuidor de grande fortuna por explorações das minas de ouro da região litorânea e do planalto curitibano (NEGRÃO, 1946, p.37-38).

E se ampliarmos a árvore genealógica, sabemos que a Senhora do Carambehy era irmã de Anna Ubaldina do Paraíso Guimarães, esposa do Barão de Antonina, importante tropeiro e estancieiro das regiões dos Campos Gerais e, também, primeiro senador eleito do Paraná, em 1854. Muitas famílias políticas paranaenses têm origem nesta genealogia (OLIVEIRA, 2001; ALVES, 2015; ALVES, 2017) e na qual Rocha Pombo também acabou integrado.

Nesta intersecção temos que na família de Carmelita Azambuja Madureira existia a herança de sesmarias em Curitiba e nos Campos Gerais, e das riquezas provenientes das atividades tropeiras, estancieiras, exploração de minas e da mão de obra escrava. E assim, jovens promissores que se destacavam na sociedade, econômica ou intelectualmente, acabavam sendo atraídos para o casamento com mulheres de famílias ricas.

⁶ Sobre a fazenda S. Cruz e análise de parte do patrimônio dos Gonçalves Guimarães, a partir do inventário da esposa Maria Magdalena de Lima, de 1832, ver o artigo de Miriam HARTUNG (2005).

Voltando a biografia de Rocha Pombo, com o casamento foi residir em Castro, localidade de sua esposa, mas deu continuidade ao seu ímpeto jornalista e publicou o jornal ECHO DOS CAMPOS, *Semanário consagrado aos interesses geraes da província* (1883), buscando, como apresenta no editorial, ser um jornal de defesa dos interesses da província, mas também da região dos Campos Gerais e da promoção de bons ideais. Portanto, o autor não abandona suas atividades jornalísticas. E na sua própria tipografia Echo dos Campos, publicou, também, *Supremacia do Ideal*, um livro importante para entender os ideais de Rocha Pombo, e “cuja proposta é a de discutir a educação como caminho para a evolução da humanidade” (PEDRO, 2016, p. 71).

E, graças ao casamento e às suas habilidades, adentrou na política, um espaço considerado propício para a discussão das transformações sociais, candidatando-se, logo, a uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná; na primeira tentativa não conseguiu ser eleito deputado provincial, para a legislatura de 1884/85, por motivos de fraudes eleitorais, como ele mesmo denunciou nos jornais locais; foi eleito, então, para a legislatura de 1886/87, representando o distrito eleitoral de Castro e pelo Partido Conservador. Não vamos apresentar as atividades parlamentares do deputado Rocha Pombo na Assembleia Legislativa Paranaense, que foram analisadas pelo pesquisador Gilson Leandro QUELUZ (1994), e muitas delas também publicadas no jornal de seu partido (GAZETA PARANAENSE, 12/11/1886). Apenas consideramos que foi um mandato independente, defendendo seus ideais, mas que acabou lhe retirando o apoio necessário para ser reeleito para a próxima legislatura, 1888/89.

Uma questão que se impõe, é sobre o porquê de sua filiação no Partido Conservador, um partido mais identificado aos interesses dos produtores de erva-mate do litoral e Curitiba, do que dos estancieiros dos Campos Gerais, representados em sua maioria pelo Partido Liberal. As biografias de Rocha Pombo apontam para o motivo de sua proximidade com o Barão de Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, líder dos Conservadores em Curitiba e que também possuía ideais de renovação para a

sociedade. Mas, Rocha Pombo destacava-se pelas suas críticas aos dois partidos existentes e a monarquia. Mesmos assim, nos anos de 1888 e 1889, ele continuava atuando como membro do Partido Conservador.

Após sua atuação como deputado, em 1888 volta a residir em Curitiba, agora junto com a sua família; enfim, estar na capital do Paraná permitia que ele pudesse estar diretamente envolvido nos debates sobre temas relevantes para a sociedade; ele fazia parte da importante associação “Arcádia Paranaense”, fundada em 19/12/1886, na qual era sócio fundador e também orador oficial e que tinha por objetivo ser uma sociedade de caráter científico-literário e de promover comemorações de datas festivas e discutir temas diversos, entre eles, a abolição; continuou publicando no jornal *Gazeta Paranaense*, e fundando um outro jornal próprio, o *Diário Popular*. E, assim, Rocha Pombo, neste movimento de ideias, torna-se orador oficial da Confederação Abolicionista Paranaense, em abril de 1888, que, como dito, era uma junção de diversas entidades e associações em prol da abolição e de caráter nacional.

Destacamos que, também, ele tinha o dom da oratória e seus discursos públicos eram elogiados nos jornais da época. E a Confederação, a partir de sua fundação, passou a atuar em várias frentes e uma delas era a realização dos chamados *meets* na cidade de Curitiba. Alguns destes *meets* eram destaques nos jornais locais, comentando-os, tanto com elogios e críticas. E, talvez, no último destes *meets* abolicionistas, realizado no Passeio Público de Curitiba, no dia 11 de maio de 1888, parece ter sido um momento de grande mobilização popular, mas que rendeu ao discurso de Rocha Pombo uma nota de repúdio num artigo assinado pelo pseudônimo *Brazilicus*, na qual criticava que Rocha Pombo estaria, apesar de seu belo discurso, a criticar o governo brasileiro, liderado pelo Partido Conservador, e como se estivesse conclamando o povo para a revolução contra o sistema vigente. E isto seria, de acordo com o autor, um erro gravíssimo na qual teria incorrido o orador (GAZETA

PARANAENSE, 13/05/1888). Eram as contradições do processo abolicionista. E a matéria foi publicada ainda sem saber da oficialização do fim da escravidão.

Por isso, Rocha Pombo estaria envolto a problemas pela sua posição social, agora como membro direto da elite paranaense, mas ao mesmo tempo, tendo que conciliar com seus ideais de uma sociedade que precisava eliminar a escravidão, porque, neste momento, estava sendo associada ao arcaico e ao retrógrado, bem como, a monarquia e seus partidos políticos.

Analisar o orador da Confederação Abolicionista Paranaense, Rocha Pombo, nos ajuda a entender características deste movimento abolicionista, que perpassa por intelectuais que transitam por ideais humanistas, mas ao mesmo tempo, estão inseridos numa classe social que os distancia em seu modo de vida, dos realmente interessados na abolição, que era a população negra.

A princípio, esta pesquisa não avança no sentido de saber se Rocha Pombo aproveitou ou não da riqueza da família de sua esposa para o seu modo de vida; o que podemos concluir é que o casamento lhe proporcionou competir de forma eficaz na política sendo eleito deputado provincial no Paraná; e apesar do casamento com uma família estancieira, ele não deixou de atuar como jornalista e escritor.

Esta pesquisa também não avança no sentido de comentar o momento posterior de Rocha Pombo, pós proclamação da República, dos novos partidos republicanos, da sangrenta Revolução Federalista de 1893/94 e de sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro em 1897 com sua família e, quando se torna um importante escritor brasileiro e em seu momento de maior produção intelectual. E nem sua consequente visão sobre a formação do Brasil, elemento importante para se entender o Rocha Pombo idealista por uma sociedade mais igualitária, na qual era uma voz em defesa do povo, mas que também, estava envolto aos preconceitos das teorias racistas de sua época (PEDRO, 2016; GUTH, 2022).



Mas, o significado da abolição para a Confederação Abolicionista Paranaense e de seu orador Rocha Pombo, que apesar de ser um defensor das causas populares, não era necessariamente pela melhoria das condições de vida e de direitos da população negra, como visto, mas pela necessidade da chamada modernização do país por um novo modelo de trabalho livre e remunerado e na qual todos deveriam se adaptar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das duas notícias sobre atividades abolicionista em Curitiba, no mês de abril de 1888, demonstra que o tema ainda estava indefinido, sendo necessárias atividades públicas em favor da abolição e na qual se destacaram membros de instituições importantes, como o Padre Ribeiro, pela igreja católica, o Major Frederico Solon, pelos militares, e Rocha Pombo, pelas organizações literárias e jornalísticas. Igualmente, foi perceptível que não existia uma discussão do que fazer pós-abolição para a população negra, ficando a cargo deles se integrarem no novo modelo de trabalho livre e remunerado que estava sendo proposto e de que a escravidão, agora, estava sendo identificada como atraso para a modernização do Brasil. E este era o ponto principal, tanto da circular enviada aos párocos, quanto do Manifesto da Confederação Abolicionista, de que era necessário acabar com a escravidão no sentido de que uma nova força produtiva pudesse se consolidar, revestido dos ideais humanistas religiosos.

Outro ponto, por estas fontes jornalísticas analisadas, encontramos apenas a luta abolicionista por parte de membros desta própria elite branca pelo fim da escravidão e, infelizmente, os jornais locais apenas divulgavam o que a elite letrada realizava, sendo praticamente nula informações jornalísticas de ações da população negra em favor da abolição. Mesmo Rocha Pombo, que apresentava em seus textos uma preocupação constante com “o povo”, não destaca o protagonismo negro na luta pela abolição. Daí a necessidade de ampliar estudos, a partir de outras fontes.



Mas, este texto busca apresentar por meio do método genealógico de pesquisa social, entender quem era esta elite abolicionista, em sua estrutura familiar; para tanto, focamos em dois personagens, Padre Ribeiro e Carmelita Azambuja Madureira, esposa de Rocha Pombo. Eram membros de famílias tradicionais, herdeiras de sesmarias e dos primeiros fundadores de Curitiba, como Baltazar Carrasco dos Reis, e de Castro, como Manoel Gonçalves Guimarães, e com atividades exploratórias e de organização política em Paranaguá, como o sargento mór Domingos Cardoso de Lima e a família Teixeira de Azevedo, como demonstra o genealogista Francisco Negrão; todos eram proprietários de escravizados. E ao longo do tempo com casamentos estratégicos, por exemplo, da família Teixeira de Azevedo (José Teixeira de Azevedo, pentavô de Padre Ribeiro e Francisco Teixeira de Azevedo, bisavô de Carmelita Azambuja Madureira ou tataravô dos filhos de Rocha Pombo), herdeiros de sesmaria e da governança em Paranaguá, e que aproxima as famílias de Carmelita com Padre Ribeiro, enquanto parentes, mesmo vivendo em cidades diferentes, Castro e Curitiba. Outro casamento estratégico foi de Manoel Gonçalves Guimarães, que se tornou um dos mais importantes tropeiro e estancieiro da região dos Campos Gerais, pentavô dos filhos de Rocha Pombo e Carmelita, além de tantas outras ligações familiares que são possíveis identificar e cuja herança chegou em Padre Ribeiro e da qual Rocha Pombo pode certamente sentir. E José Francisco da Rocha Pombo, apesar de sua origem social modesta, com o casamento acabou adentrando nesta genealogia.

A genealogia permite pensar sobre a atuação ativa e significativa de Padre Ribeiro e de Rocha Pombo; afinal, havia toda uma estrutura familiar capaz de potencializar a atuação destes indivíduos, enquanto herdeiros de proprietários de terras, de riquezas, de educação, de oportunidades, entre outros fatores que os distanciam dos demais membros da sociedade; Rocha Pombo, enquanto um jovem filho de professor primário, conseguiu por suas qualidades pessoais e esforços, destacar-se, e o casamento lhe abriu portas para adentrar neste espaço social em que

as decisões políticas são tomadas, mas com todo o peso desta mesma estrutura familiar.

Enfim, os dois personagens pertencem a uma elite que também estava mudando de perspectiva em relação a escravidão, agora considerando-a como retrógrada, e muitos deles, inclusive, se colocando a frente do processo abolicionista, possibilitando, assim, que legalmente, a lei áurea pudesse acontecer. Mas, estavam limitados a não identificarem direitos concretos para a população negra pós abolição, pois aí significaria repensar a própria estrutura de privilégios herdadas ao longo de gerações

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua assembleia legislativa (1853 a 1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. A produção antroponômica para a política: casos no Paraná, Brasil. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses) - UFPR**, Curitiba, v.3, n.3, p. 136-155, agosto 2017.

BASTOS, Matheus Sibioni Berti. **As astúcias do liberto: a trajetória de Belmiro Sebastião de Miranda**. [livro eletrônico]. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2024.

BERTAUX, Daniel. Social Genealogies Commented on and Compared: An Instrument for Observing Social Mobility Processes in the “Longue Durée”. In: **Current Sociology**, vol.43, 2: pp.69-88. Sep 1, 1995.

ECHO DOS CAMPOS, Semanário consagrado aos interesses geraes da província. Cidade de Castro, 17 de março de 1883. Anno I. N. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/814393/1>. Acesso em 08/01/2025.

FEDALTO, D. Pedro Antônio Marchetti. **História da igreja no Paraná**. Regional Sul 2 da CNBB, Curitiba, 2014.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, 26 de setembro de 1886. **História da Província – Apontamentos I – Manoel Gonçalves Guimarães**. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/242896/3628>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, Sexta-feira, 12 de novembro de 1886. **Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Rocha Pombo**,



na sessão de 9 de novembro de 1886. Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/docreader/242896/3780>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, terça-feira, 03 de abril de 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/242896/2477>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, quarta-feira, 04 de abril de 1888. **Passeiata cívica.** Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/docreader/242896/2481>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, quarta-feira, 11 de abril de 1888. **Circular enviada pelo Padre Ribeiro aos vigários.** Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/242896/2505>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, quinta-feira, 12 de abril de 1888. **Manifesto da Confederação Abolicionista Paranaense ao povo desta província.** Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/242896/2509>. Acesso em 07/01/2025.

GAZETA PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curityba, domingo, 13 de maio de 1888. **Comunicado: Protesto.** Disponível em:
<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/242896/2614>. Acesso em 15/11/2024.

GUTH, Gustavo. Cap. 14. Rocha Pombo: entre o movimento abolicionista paranaense e o evolucionismo social na virada do século XIX para o XX. In: ZOGAIB, André Luiz Nunes (Organizador) [et.al.]. **Segurança pública, cidadania e direitos humanos: pesquisas, relatos e reflexões.** Ponta Grossa: Aya, 2022. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/Livros/L187C14.pdf>. Acesso em 08/01/2025.

LIMA, Celso; MAYER, Rupert; ALVES, Alessandro Cavassin; MAYER, Milena Santos. **Subsídios para a história de Rio Branco do Sul.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2023.

MUSEU Parque Histórico de Carambeí. **Memória feminina.** Disponível em:
<https://www.aphc.com.br/memoriafeminina/>. Acesso em 06/01/2025.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Rocha Pombo. In: ROCHA POMBO, J.F. **O Paraná no centenário: 1500-1900.** 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense.** Vol.1, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.



NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Vol.5, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.

O PARANAENSE. Orgam do Partido Conservador. Curitiba, quarta-feira, 12 de outubro de 1881. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/248261/635>. Acesso em 06/01/2025.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal**: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900-1933. Tese (doutorado) História, UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo**: Romantismo e utopias (1880-1905). Dissertação [História], Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/29705/D%20-%20GILSON%20LEANDRO%20QUELUZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 06/01/2025.

ROCHA POMBO, José Francisco da. **O Paraná no centenário**: 1500-1900. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

HARTUNG, Miriam. (2005). Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In: **Topoi**, v.6, n.10, jan.-jun., pp.143-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n10/2237-101X-topoi-6-10-00143.pdf>. Acesso em 06/01/2025.

O POVO. Órgão dedicado a cauza popular. Morretes, 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/778745/1>. Acesso em 06/01/2025.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

REVISTA PARANAENSE. Rocha Pombo, **A questão negra**. Curitiba, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/741230/26>. Acesso em 08/01/2025.

SENA, André. Cotegipe: o inimigo da abolição. In: Box Digital de Humanidades. Disponível em: <https://www.boxdigitaldehumanidades.com/post/cotegipe-o-inimigo-da-aboli%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15/11/2024.

SILVA, Noemi Santos da. O Paraná abolicionista: lutas pelo fim da escravidão. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

Recebido: 06 de fevereiro de 2025

Aceito: 23 de abril de 2025

Publicado: 09 de agosto de 2025

